

ESTUDO DE GÊNERO NOS ARQUIVOS E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE

**Rosale de Mattos Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-5302-5629>**

RESUMO

As mulheres são vítimas de violências físicas e psicológicas por muitos séculos e em diversas culturas pelo mundo, numa trajetória de problemas estruturais da sociedade, nas quais as mulheres são exploradas como força de trabalho e excluídas na sua maioria do poder decisório. As mulheres são vítimas de estupro, prostituição, tráfico de seres humanos, escravizadas sexualmente, casamentos forçados pelas famílias, negociadas como produto de troca, violentadas nas guerras como forma de humilhação e constrangimento para com os países derrotados ou enfraquecidos. Diante dessas violências, tomamos como métodos de trabalho o levantamento bibliográfico do percurso da história de violência contra as mulheres, que remonta desde a sociedade colonial e patriarcal até os dias atuais, tendo como locus da violência a estrutura familiar, no qual o homem entende que é proprietário do corpo da mulher. Em decorrência de toda esta situação estrutural apresentada observou-se uma ausência de fundos documentais de mulheres nas instituições ou agências de informação. Assinala por amostragem a representatividade das mulheres em arquivos e unidades de informação no Brasil. São apresentadas instituições que promovem o tratamento e a difusão dos arquivos e fundos documentais de mulheres, tais como: Arquivo Nacional, Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisa de Documentação Contemporânea, Instituto Moreira Salles, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, entre outras, que fazem correlação com os arquivos pessoais de cientistas, literatas, intelectuais, promovendo sua visibilidade. Como metodologia empírica, os aspectos qualitativos e quantitativos, por menção aos casos emblemáticos de violência que surgiram na grande mídia ao longo do tempo, dados estatísticos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, e a seleção de matérias e notícias por amostragem sobre casos de agressão contra mulheres no *Facebook* do Instituto Maria da Penha, observando um pouco do que é apresentado nas redes sociais como forma de informação e de denúncias. Há que se construir o respeito, a equidade e a dignidade dessas vítimas de sociedades onde ainda hoje prevalecem os discursos, narrativas e estruturas sociais em que a ausência de equidade legal entre homens e mulheres, a visão de que a mulher é sempre culpada das agressões por não ter conduta adequada, honesta e de família perante o mundo dominado pela cultura patriarcal, feito na sua maioria por homens. Os direitos humanos, em particular na luta pela libertação e pelos direitos das mulheres, devem fazer parte cada vez maior das agendas de pesquisas da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Biblioteconomia, promovendo o tratamento, difusão e visibilidade dos acervos arquivísticos e documentais das mulheres cientistas, literatas, intelectuais provenientes de fundos privados ou públicos.

Palavras-Chave: Mulheres; Violência; Direitos Humanos; Redes Sociais; Arquivos.

ESTUDIO DE GÉNERO EN LOS ARCHIVOS Y LA REPRESENTACIÓN DE LAS MUJERES EN EL TIEMPO CONTEMPORÁNEO

RESUMEN

Las mujeres han sido víctimas de violencia física y psicológica durante muchos siglos y en diferentes culturas al redor del mundo, en una trayectoria de problemas estructurales en la sociedad, en la que

las mujeres son explotadas como fuerza laboral y en su mayoría excluidas de poder de toma de decisiones. Las mujeres son víctimas de violación, prostitución, trata de personas, esclavización sexual, matrimonios forzados por parte de sus familias, comercializadas como producto de intercambio, violada en guerras como forma de humillación y vergüenza hacia los países derrotados o debilitados. Ante esta violencia, tomamos como métodos de trabajo el levantamiento bibliográfico de la historia de la violencia contra las mujeres, que se remonta desde la sociedad colonial y patriarcal hasta la actualidad, teniendo la estructura familiar como locus de la violencia, en la que los hombres entienden que son dueños del cuerpo de la mujer. Como resultado de esta situación estructural presentada, hubo ausencia de fondos documentales para mujeres en instituciones o agencias de información. Además, destaca mediante muestreo la representación de las mujeres en archivos y unidades de información en Brasil. Se presentan instituciones que promueven el tratamiento y difusión de archivos y fondos documentales de mujeres, como: Archivo Nacional, Fundación Oswaldo Cruz, Centro de Investigación en Documentación Contemporánea, Instituto Moreira Salles, Instituto de Estudios Brasileños, de la Universidad de São Paulo, entre otras, que correlacionan con los archivos personales de científicos, literatos, intelectuales, promoviendo su visibilidad. Como metodología empírica, se consideran los aspectos cualitativos y cuantitativos, al mencionar los casos emblemáticos de violencia que han surgido en los principales medios de comunicación a lo largo del tiempo, datos estadísticos del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, y la selección de artículos y noticias pro muestreo sobre casos de agresión contra mujeres en la página de *Facebook* del Instituto Maria da Penha, observando algo de lo que se presenta en las redes sociales como forma de información y denuncia. Es necesario construir respeto, equidad y dignidad para estas víctimas de sociedades donde hoy todavía prevalecen discursos, narrativas y estructuras sociales en las que la ausencia de igualdad jurídica entre hombres y mujeres, la visión de que las mujeres siempre son culpables de agresión por no tener acceso adecuado, conducta honesta, honesta y familiar en el mundo dominado por la cultura patriarcal, mayoritariamente realizado por hombres. Los derechos humanos, particularmente en la lucha por la liberación y los derechos de las mujeres, deben ser una parte cada vez más importante de las agendas de investigación de las Ciencias de la Información, la Archivística y la Biblioteconomía, promoviendo lo tratamiento, la difusión y la visibilidad de los fondos documentales y de archivos de mujeres científicas, literarias e intelectuales del sector privado o público.

Palabras-Clave: Mujeres; Violencia; Derechos Humanos; Redes Sociales; Archivos.

GENDER STUDY IN ARCHIVES AND THE REPRESENTATION OF WOMEN IN CONTEMPORARY TIME

ABSTRACT

Women have been victims of physical and psychological violence for many centuries and in different cultures around the world, in a trajectory of structural problems in society, in which women are exploited as a workforce and mostly excluded from decision-making power. Women are victims of rape, prostitution, human trafficking, sexually enslaved, forced marriages by their families, traded as an exchange product, raped in wars as a form of humiliation and embarrassment towards defeated or weakened countries. In view of this violence, we took as working methods the bibliographical survey of the history of violence against women, which dates back from colonial and patriarchal society to the present day, with the family structure as the locus of violence, in which men understand that they are owner of the woman's body. As a result of this structural situation presented, there was an absence of documentary funds for women in institutions or information agencies. Furthermore, it highlights by sampling the representation of women in archives and information units in Brazil. Institutions that promote the treatment and dissemination or archives and documentary funds of women are presented, such as: Archivo Nacional, Moreira Salles Institute, Institute of Brazilian Studies of the University of São Paulo among others, which correlate with the personal archives of scientists, literati,

intellectuals, promoting their visibility. As an empirical methodology, the qualitative and quantitative aspects, by mentioning the emblematic cases of violence that have emerged in the mainstream media over time, statistical data from the Institute of Economic and Social Research, and the selection of articles and news by sampling about cases of aggression against women on the *Facebook* page of Institute Maria da Penha, observing some of what is presented on social networks as a form of information and complaints. It is necessary to build respect, equity, and dignity for these victims of societies where discourses, narratives and social structures still prevail today in which the absence of legal equality between men and women, the view that women are always guilty of aggression for not having adequate, honest, and family conduct in the world dominated by patriarchal culture, mostly carried out by men. Human rights, particularly in the struggle for liberation and women's rights, must increasingly form part of the research agendas of information Science, Archival Science and Library Science, promoting the treatment, dissemination, and visibility of archival and documentary collections of women scientists, writers, intellectuals from private or public funds.

Keywords: Women; Violence; Human Rights; Social Media; Archives.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres são vítimas históricas do abuso, da violência em seus mais diferentes aspectos físicos, psicológicos, econômicos, informacionais e etc. Isto se constitui num fenômeno estrutural e mundial, independente dos tipos de sociedades, períodos históricos, culturas diferenciadas e (instituições) agências de documentos, memórias e informações.

Este trabalho visa apresentar como objetivo geral um breve panorama do processo histórico de violência contra as mulheres no Brasil, culminando com a realidade atual nas notícias e informações divulgadas nas redes sociais durante a pandemia da Covid 19 e a tímida presença das mulheres nos acervos da área de arquivos e documentação.

A pesquisa tem como objetivos específicos: identificar e fazer levantamento de literatura, demonstrar dados estatísticos, relatar casos famosos de mulheres que sofreram feminicídios que foram parar na grande mídia, inclusive destacar os poucos fundos documentais recolhidos aos Arquivos.

Ressalta-se que na FIOCRUZ, dos 97 fundos documentais existentes apenas 10 são de mulheres cientistas. No Arquivo Nacional do Brasil são apenas 26 fundos documentais. Observa-se as consequências da pouca

participação das mulheres na política, na ciência, na literatura e no mundo intelectual de forma geral.

Visa também demonstrar a mudança paulatina da sociedade com as manifestações feministas e as lutas em favor das mulheres, a presença do início de políticas públicas voltadas à defesa das mulheres, apresentar alguns parâmetros de produção científica, a presença da mulher nos fundos privados recolhidos em arquivos e unidades de informação.

A importância desta temática se manifesta no contexto dos dados de violência no Brasil contra as mulheres, que foram contabilizados após pressões internacionais em decorrência da luta pela sua libertação e seus direitos. A violência contra as mulheres passou a ser motivo para o estabelecimento de políticas públicas, mas também tiveram nas iniciativas da sociedade civil, como os manifestos e organizações feministas, entidades nos anos 1970 e 1980, que incentivaram as leis e ações a favor das vítimas.

As pressões sociais dessas organizações feministas culminaram na criação das delegacias especializadas em mulheres, que surgiram a partir de 1985 e a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006. Um grande marco da

influência das mulheres, representadas pelas feministas foi junto à Assembleia Constituinte em 1986, que influenciaram com emendas ao texto. As mulheres são vítimas históricas do abuso, da violência em seus mais diferentes aspectos, físicos, psicológicos, econômicos e etc. Isto se constitui num fenômeno estrutural e mundial, independente de tipos de sociedades, períodos históricos, culturas diferenciadas. Nos países asiáticos do leste ao oeste, na África e até em países latino-americanos, as crianças (na sua maioria meninas) são obrigadas a se casarem com adultos antes dos 18 anos, e muitas morrem na noite de núpcias. Na Índia as mulheres não podem andar desacompanhadas e nem mesmo após às 20 horas da noite, pois se arriscam a serem estupradas e mortas com requintes de crueldade. No mundo, as meninas e mulheres sempre foram exploradas e se constituem em moeda de troca ou de objeto de dominação durante as guerras. Vide os casos no Norte e Nordeste do país, onde as meninas são vendidas ou são prostituídas pelos próprios pais até por comida.

A cada duas horas mulheres são assassinadas no Brasil. Existe a violência doméstica contra as mulheres, a discriminação social quanto ao emprego, no qual percebem menor remuneração do que os homens, o uso da imagem do corpo da mulher como fonte de exploração sexual nas propagandas, nos programas de auditório da televisão, nos casos de feminicídio, nos quais as mulheres é que “provocam” seus algozes com adultérios ou até pedidos de separação, em que os homens não aceitam e se sentem proprietários de seus corpos e desejos.

A cultura da dominação, opressão, discriminação, violência em todos os sentidos levam à incidência de mortes e até de mulheres torturadas de forma física e psicológica, espancadas, exploradas, humilhadas. Historicamente há um problema estrutural consolidado na cultura patriarcal. Este problema de violência perpetrada contra as mulheres tem sua gênese desde as mulheres submetidas na sociedade colonial,

escravocrata, que tinha no regime patriarcal as formas de disciplinar as atitudes e os corpos das mulheres, não podendo ter educação e nem muito menos aprenderem a ler e escrever, os homens detinham o poder sobre elas, não havendo igualdade de condições.

A ideologia patriarcal, que estruturava as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era uma colônia portuguesa, conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorressem ao uso da força (Lage & Nader, 2018, p. 287)

Não se pode deixar de mencionar que apesar de cerca de 50% dos lares brasileiros serem sustentados por mulheres, essas ainda recebem salários abaixo dos homens nas mesmas condições de trabalho ou discriminadas ainda pela classe social, pela etnia e a cor da pele. Tomaremos como objeto os casos de violência no Brasil antes e durante o ano de 2020, incluindo o período da pandemia do COVID 19. Somente no 1º semestre de 2020, cerca de 1800 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Como metodologia teórica utilizaremos textos de sociologia, de história, de jornalistas, profissionais da informação, que configuram e contextualizam a trajetória da violência contra as mulheres, que se apresenta em levantamentos realizados na bibliografia, que apresentou aspectos legais, econômicos, sociais, culturais e na parca produção científica de unidades de informação em suas análises.

Historiadores vêm revelando inúmeros aspectos da violência contra as mulheres no

decorrer do século XIX, época de mudanças, em que, graças à crescente urbanização de alguns centros, teve início a construção de uma imagem feminina: civilizada, civilizadora, identificada à pureza da Virgem Maria e a quem toda a imagem de violência era negada. No retrato polido e no indeferimento de sua violência sexual ou de outra natureza, médicos, juristas, imprensa e literatura constroem uma imagem a que a mulher devia corresponder: casada, mãe, piedosa. Fora desse ideal haveria as transgressoras, as violadas e as violentadas a quem perguntavam: “seduziu ou foi seduzida”; “comprometeu a honestidade”; “provocou ou pediu para apanhar”. Não fosse santa, era puta. Nos tribunais, era a palavra da mulher e de suas testemunhas contra do homem e as testemunhas dele (Del Priori, 2020, p.140)

No aspecto da metodologia empírica iremos utilizar de forma qualitativa os conteúdos de algumas notícias nas redes sociais provenientes de entidades, tais como, Instituto Maria da Penha (IMP), e de forma quantitativa, buscamos o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA) que revela as estatísticas de feminicídios contra as mulheres, negras e não negras e o número de estupros, no período de 2010 a 2017, de notícias em *sites* e *facebooks*, revelando informações sobre ações, posturas e

o cotidiano das mulheres nas redes sociais durante a pandemia da COVID 19.

Magali Engel, em outro clássico, utilizou processos criminais, além de teses, artigos, memórias e pareceres jurídicos e médicos, para estudar crimes passionais. Entre os anos de 1890 e 1930, nas páginas de jornais como *O Paiz*, *Jornal do Comércio* e *A noite*, dos 275 crimes mencionados, 69 vítimas fatais foram mulheres; outras 9, vítimas de tentativa de homicídios com ferimentos graves; 10, vítimas de ferimentos leves; e 103 não tiveram danos especificados. Desses casos, 89,09% dos agressores eram homens. As armas mais empregadas: facas, navalhas, canivetes, punhais, seguidas por armas de fogo. Quase 20% das vítimas foram espancadas antes de ser gravemente feridas ou mortas [...] (Del Priori, 2020, p.140-141).

A importância desta temática envolve hoje reflexões, matérias e trabalhos de pesquisa que não somente para jornalistas, advogados criminalistas, sociólogos e historiadores, mas todos aqueles profissionais envolvidos com estudos sobre informação social e direitos humanos na sociedade da informação, como arquivistas, bibliotecários e cientistas da informação.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

2.1 Normativas Legais Envolvendo as Posturas sobre as Mulheres

A legislação é balizadora da trajetória da violência contra as mulheres ou a favor delas, demonstrando que a maior parte da história das mulheres foi marcada por períodos de controle e vigilância, violências psicológicas, físicas, culminando com o homicídio e feminicídio.

O Código Filipino - legislação do período colonial que permaneceu vigente no Brasil até o século XIX - permitia que o marido assassinasse a esposa adúltera. Também era facultado aos homens o enclausuramento forçado da esposa e filhas. Os recolhimentos, instituições criadas para abrigar mulheres com “vocação” para a vida religiosa sem que fossem obrigadas a fazer

votos solenes como as freiras, tornaram-se por conta disto verdadeiras prisões femininas. [...] Desde o Código Criminal do Império, ao definir, por exemplo, os crimes sexuais, referem-se ao agravo cometido contra “mulheres honestas” termo que constou do Código Penal de 1940 (artigos 215 e 216), em vigor até 2003, quando foi finalmente banido da legislação brasileira por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. Outro exemplo significativo da ingerência da dupla moral sexual na legislação é a criminalização do adultério. Tanto nos códigos de 1830 e 1890, quanto na

Consolidação das Leis Penais, de 1932, a mulher casada que cometesse adultério seria punida com pena de um a três anos de prisão. Mas o marido só incorreria nessa pena quando tivesse concubina “teúda e manteúda”[...] (Lage & Nader, 2018, p.287-288)

Somente passados muitos anos que na contemporaneidade após pressões internacionais, as mulheres passaram a promover a sua luta pela libertação feminina e por seus direitos. A violência contra as mulheres passou a ser motivo para o estabelecimento de políticas públicas, mas também teve nas iniciativas da sociedade civil, como os manifestos e organizações feministas entidades nos anos 1970 e 1980 que incentivaram as leis e ações a favor das vítimas.

Após as pressões sociais dessas organizações feministas culminaram na criação das delegacias especializadas em mulheres, que surgiram a partir de 1985 e a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006. Um grande marco da influência das mulheres, representadas pelas feministas foi junto à Assembleia Constituinte em 1986, que influenciaram com emendas ao texto constitucional de 1988.

2.2 Casos de Femicídios contra Mulheres

Quando nos deparamos com os casos de homicídios e feminicídios, consideramos que isto é fruto dos problemas sociais do capitalismo avançado, da industrialização, das questões sociais mal resolvidas, nas quais as diferenças entre classes sociais são gritantes ou são problemas atuais. Contudo, alguns casos de feminicídios mais famosos remontam os séculos XX e XXI.

Vamos citar apenas alguns casos que tiveram repercussão nacional e até internacional na grande mídia, como foram os seguintes casos:

- De Aída Curi, que tentou se livrar de seus algozes que queriam estuprá-la nos anos 1950;

A incorporação de muitas dessas demandas deu ensejo à implantação paulatina de políticas públicas voltadas “para a família e para as mulheres”. A Constituição de 1988 contempla uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas nos anos 1970 e 1980, isto é, o reconhecimento da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher como um problema público e a responsabilização do Estado pela implantação de políticas públicas, programas e serviços voltados para mulheres em situação de violência. Esse reconhecimento é fundamental para a mudança progressiva da atitude tolerante da sociedade brasileira para com esse tipo de violência, que ainda resiste, mormente quando os agressores são considerados “homens de bem” (Lage & Nader, 2018, p.301).

Hoje em dia, as mulheres mediante denúncias nas delegacias especializadas conseguem obter medidas protetivas, contudo estas ainda não garantem a proteção necessária e nem impede os assassinatos, que infelizmente vêm aumentando exponencialmente.

- O assassinato da socialite mineira Ângela Diniz por Doca Street nos anos 1970 com repercussão nacional e internacional, tendo como advogado de defesa o famoso Evandro Lins e Silva, culminando com o julgamento e o argumento à época de ‘legítima defesa da honra’;
- O cantor Lindomar Castilho que matou sua esposa nos anos 1980 e foi condenado à prisão;
- O assassinato da jornalista Sandra Gomide, covardemente assassinada pelo Jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, em razão do seu pedido de separação no ano de 2000, mas que somente teve a sua prisão decretada após três anos do

homicídio, tendo em seu julgamento a fundamentação de privação de sentido;

- Eliza Samúdio pelo jogador Bruno no ano de 2010, que foi sequestrada e morta, mesmo após ter registrado queixa na delegacia, mas isto não garantiu a medida protetiva.

Entre outros casos no Brasil, nos quais as vítimas passaram a ser culpadas de suas próprias mortes, pois os seus algozes e assassinos ficaram em prisões domiciliares aguardando julgamento ou receberam penas aquém do homicídio.

2.3 Representação das Mulheres em Arquivos e Unidades de Informação no Brasil

A Ciência da Informação, a Arquivologia e a Biblioteconomia ainda carecem de uma preocupação maior com os estudos de gênero, com a consequente produção científica mais significativa para estudar a representatividade da mulher no tratamento e disseminação da informação.

Foi realizado um levantamento dessa representatividade de forma quantitativa e qualitativa em fundos documentais relacionados às mulheres na instituição arquivística que é referência no Brasil, que é o Arquivo Nacional e na área de Biblioteconomia em unidades de informação com as Bibliotecas levantadas em produção científica. Com relação ao Arquivo Nacional, obteve-se as seguintes informações:

A instituição possui 305 conjuntos documentais privados sob sua guarda, dos quais apenas 26 são de mulheres. Sabendo que a história, muitas vezes, atribui papéis secundários e inferiores às mulheres em sua narrativa, é fundamental que se discuta a representação da trajetória feminina nos arquivos e o que pode ser feito para que este espaço venha a se tornar um local de valorização e representatividade dessas memórias em alguns momentos silenciadas e marginalizadas. A pretensão do trabalho é trazer as questões de gênero, memória e justiça social para dentro dos arquivos, a fim de preservar e dar visibilidade à atuação de mulheres que foram fundamentais para a construção da sociedade (Benassi, 2017).

Benassi (2017) em seu trabalho monográfico destacou o histórico do Arquivo

Nacional, o seu compromisso com a preservação e disponibilização do seu acervo. Todavia a autora apresenta método quantitativo e qualitativo da sua pesquisa, questionando a ausência de acervos pessoais de mulheres destacadas na sociedade brasileira, oriundos de arquivos privados nas instituições arquivísticas. Do acervo do Arquivo Nacional foram realizados alguns gráficos e tabelas, mas assinalamos como exemplo, o levantamento feito pela autora dos fundos documentais recolhidos àquela instituição, que revela que de cerca de 300 fundos de arquivos pessoais apenas cerca de 10% são de mulheres.

Na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) existe um Projeto que ressalta a importância dos fundos documentais das mulheres cientistas:

[...] o projeto *Mulheres na ciência e na saúde: digitalização e difusão dos arquivos pessoais de mulheres do acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*, selecionado no ano passado para receber financiamento do Programa Iberarquivos, criado em 1998 no âmbito das Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo e que reúne 16 países. É uma iniciativa de cooperação e integração para o fomento ao acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental. Pretendemos com isso ampliar a visibilidade desses acervos pessoais, cujas produtoras são mulheres, e também estimular a doação”, observa Felipe Almeida Vieira, chefe do Serviço de Arquivo Histórico do Departamento

de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz e supervisor do projeto, iniciado em setembro do ano passado. Apenas 10 dos 97 fundos e coleções pessoais sob a guarda da instituição são de mulheres. O baixo percentual expressa a histórica baixa representatividade feminina no campo das ciências e revela que os arquivos doados a instituições de memória documentam, em maioria, de trajetórias masculinas. Além de Felipe, o projeto, elaborado por Aline Lacerda e Luciana Heymann, pesquisadoras da Casa, e coordenado pela chefe do DAD, Ana Roberta Tartaglia, contou com a equipe do Laboratório de Fotografia e do Serviço de Conservação e Restauração de Documentos do departamento e bolsistas contratados com recursos do Iberoarquivos [...] (FIOCRUZ, 2023).

Fazem parte desse projeto os fundos documentais das seguintes cientistas mulheres brasileiras :

Além do acervo de Dyrce, estão disponíveis no repositório fundos e coleções de Alda Lima Falcão (1925-2019), Alina Perlowagora-Szumlewicz (1911-1997), Dely Noronha de Bragança Magalhães Pinto, Elizabeth Leeds, Hortênsia Hurlpia de Hollanda (1917-2011), Maria Cristina Fernandes de Mello, Maria José von Paumgarten Deane (1916-1995), Sarah Hawker Costa e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero (1917-2023). Nem todo o material de cada acervo foi digitalizado na íntegra, pois há documentos sensíveis e com restrição de acesso [...] (FIOCRUZ, 2023).

Quanto ao tratamento e difusão do acervo :

Ao digitalizar um acervo estamos, de certa forma, criando um novo acervo a partir de um acervo físico já existente. E esse novo acervo também precisa ser preservado, também tem suas características técnicas e de organização, também precisa de

equipamentos e de recursos humanos especializados na preservação e na captura de objetos digitais. Portanto, não é uma tarefa simples. Não se resume a colocar os itens no scanner. É necessário garantir a disponibilidade desses materiais digitalizados para o público e também realizar manutenções adequadas para preservá-los ao longo do tempo (FIOCRUZ, 2023).

Não podemos deixar de ressaltar a criação da Rede de Arquivos de Mulheres, uma iniciativa do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), ou seja, instituições de guarda e de memórias de arquivos pessoais.

A Rede Arquivos de Mulheres (RAM) reúne pessoas que pesquisam sobre arquivos, mulheres e memória, institucionalizadas ou independentes e profissionais atuantes em arquivos, bibliotecas, museus e demais instituições de patrimônio que têm interesse em visibilizar, valorizar e refletir sobre arquivos de mulheres e seus processos de salvaguarda.

Por arquivos de mulheres, entende-se todos os tipos de itens documentais produzidos e acumulados por mulheres ou por instituições feministas, independentemente de sua natureza (pública ou privada); gênero documental (textual, iconográfico, sonoro, audiovisual etc.); e espécies, formatos e tipologias (cartas, diários, atas, livros, fotografias, entrevistas etc.), podendo também ser compostos por registros de memória oral e entrevistas. Apesar de muitas pesquisas se debruçarem sobre arquivos de mulheres, é urgente que as instituições oficiais de salvaguarda sejam demandadas a ampliar seus acervos, incluindo grupos até então minoritários e excluídos, como por exemplo as mulheres. As iniciativas desenvolvidas no Brasil têm

sido pontuais, faltando diálogos mais amplos entre agentes que pesquisam e atuam nos acervos (RAM, 2023).

Quanto às outras unidades de informação voltadas à preocupação com a custódia, tratamento e disseminação de informações sobre as mulheres e sua trajetória, foi realizado o levantamento numa dissertação de mestrado defendida na USP por (Xavier, 2018), com a identificação de centros de documentação de acervos voltados às mulheres no Brasil, assinalando o aspecto do fortalecimento de movimentos feministas durante a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985.

Vamos mencionar apenas alguns centros de documentação identificados pela autora, tais como, Casa da Cultura da Mulher Negra (CCMN) , Centro de Documentação e

Arquivo Histórico Lésbico América Latina Nancy Cárdenas (CDAHL); Centro de Documentação Instituto de Estudos de Gênero, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Centro de Documentação e Memória do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres entre outros. Destaca-se que houve um aprofundamento nos dados relacionados ao Instituto Rose Marie Muraro, grande feminista brasileira, que atuou principalmente dos anos 1970-1990, seu arquivo pessoal e biblioteca que se encontram no Rio de Janeiro, entre muitas outras instituições que têm em seus acervos a temática das mulheres e sua luta a favor de seus direitos e contra a violência. Sugeriu-se ao final do trabalho a consolidação de estudos sobre as mulheres e o estabelecimento de redes de informação.

2.4 Instituto Maria da Penha e a Lei 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha

O *Facebook* hoje é uma ferramenta de informação, socialização, denúncia e luta das minorias. Assim, nos utilizamos das redes sociais para identificar as matérias e notícias que partiram do IMP, conforme a seguir o histórico e sua missão:

O IMP é uma instituição não governamental, que promove e empreende ações educativas de prevenção e defesa dos direitos da mulher, com orientações técnicas e prevenção à violência doméstica, no apoio à família que se encontra no contexto de violência, envidando esforços para o combate aos crimes de gênero perpetrados, procurando melhorar a qualidade de vida das vítimas, buscando como base legal a Lei 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha (IMP, 2020).

Segundo o *site* do IMP existem mitos de que a mulher mantém a violência, mas ela tenta proteger a família, os filhos, e por medo do agressor. De que violência acontece nas classes proletárias ou de baixa renda, mas isto ocorre independentemente de classe social, religião, etnia e etc. De que basta proteger as mulheres e punir os agressores, mas somente isto não basta, pois a violência contra as mulheres é estrutural. É necessária a implantação e implementação de políticas públicas de proteção à mulher, de educação nas escolas, de campanhas contra essa violência a partir dos diversos segmentos sociais, de ampla divulgação da Lei Maria da Penha.

2.5 Lives, Notícias e Matérias contra a Violência à Mulher Divulgadas em Sites e Facebook

Vamos citar apenas alguns casos divulgados nos *sites* e redes sociais sobre violência contra as mulheres durante a pandemia da COVID 19, mas que na maioria das vezes revelam o aumento da violência.

Em matéria divulgada pelo *site* ECOA, por um mundo melhor a seguinte matéria: “Mulheres formam redes de apoio contra a violência doméstica na pandemia”.

O relatório aponta ainda que só no Estado de São Paulo, onde a quarentena foi adotada no dia 24 de março, a Polícia Militar registrou um aumento de 44,9% no atendimento a mulheres vítimas de violência, o total de socorros prestados passou de 6.775 para 9.817. Casos de feminicídios também subiram, de 13 para 19 (46,2%). O Rio de Janeiro viu aumento de 50% nos casos de violência doméstica nos primeiros dias de quarentena (Carvalho, 2020).

O Instituto Maria da Penha alertou sobre violência doméstica em quarentena:

O isolamento social intensifica a convivência entre os familiares, o que pode aumentar as tensões. O contexto de apreensão, incertezas e adversidades impostas pela pandemia, além do consumo excessivo de álcool nesse período, colabora para as discussões entre casais que podem desencadear diversas formas de agressão (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Devido ao isolamento social, muitas mulheres não conseguem fazer as denúncias, o

que gera um número alto de subnotificações. Pensando nesse cenário, o filme "Call", criado pela agência F.biz e pela Vetor Zero, que mostra um caso de violência doméstica descoberto a partir um grupo de pessoas em uma videoconferência [...] (IMP, 2020).

Em 19 de agosto foi divulgado o conceito no *Facebook* do IMP:

Violência sexual é qualquer conduta que constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força. Acesse a plataforma de streaming [#180Play](#) e saiba como identificar cada tipo de violência: <https://180play.com.br/2/> [...] Em 15/10 as 20hs foi transmitida uma live pelo Facebook do IMP, na qual houve uma Roda de Conversa sobre Violência contra Mulher: a vivência e o manejo de casos Promovido pelo Coletivo Feminino, com Alice Piffer da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic - Araras/SP.

2.6 IPEA e as Estatísticas de Violência contra as Mulheres

O IPEA apresentou em seu *site* o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, um Portal Atlas da Violência, com estatísticas dos homicídios ocorridos no Brasil, que tem como fontes as delegacias de polícia, visando facilitar o trabalho de pesquisa de jornalistas, juristas, sociólogos, historiadores e demais profissionais interessados nesses dados. Além disso, essas informações servem para o estabelecimento de políticas públicas contra a violência.

Somente no período de 1979 foram 1.192 mortes e em 2009 foram 4.265 mortes de mulheres no Brasil. Nesse Atlas da Violência no IPEA foram selecionadas tabelas de informações estatísticas com relação à violência contra as mulheres de 2010 a 2017, sendo destacadas as tabelas de violência contra as

mulheres de forma geral, informações sobre estupro, sobre homicídios de mulheres brancas e mulheres negras. Somente no período de 1979 foram 1.192 mortes e em 2009 foram 4.265 mortes de mulheres no Brasil.

Quanto aos dados estatísticos no final do século XX e início do século XXI temos o seguinte levantamento:

- Homicídio de mulheres: 2010 - 4.477 ; 2017 - 4.936;
- Estupros: 2012 -16.104 ; 2016 - 22.918;
- Homicídios de mulheres não negras: 2010 – 1626; 2017 – 1544;
- Homicídios de mulheres negras – 2012 – 2917; 2017 – 3288.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Na metodologia utilizamos o levantamento de literatura, o método exploratório e descritivo. Além disto, utilizamos a metodologia qualiquantitativa.

Apresentamos também uma lista dos fundos documentais de mulheres que constam no Arquivo Nacional. Foram mencionadas instituições que trabalham e difundem os acervos e fundos documentais de mulheres, tais como: CPDOC da FGV, FIOCRUZ, Instituto Moreira Salles, IPEA/USP etc.

4 RESULTADOS FINAIS

Alcançou-se a compreensão por amostragem da realidade a partir das estatísticas da violência de mulheres no Brasil, independente do aspecto étnico, tendo como fonte o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais- IPEA. De 2010 a 2017 depreendeu-se que houve aumento de homicídios tendo mulheres como vítimas, sendo que se observou um aumento de cerca de mais de 50% de homicídios de mulheres negras em relação às mulheres não negras somente no Rio de Janeiro. Para além dos problemas de gênero, ainda temos que contar com o maior grau de violência contra as mulheres negras, ou seja, ainda temos o problema racial.

Constatou-se um aumento de cerca de 50% dos casos de violências domésticas durante o período da pandemia por meio de *sites* e *Facebook* do IMP, no qual houve maior convivência e maior ingestão de álcool. Hoje vemos como algumas mulheres reagem e se unem em redes de informação na web e procuram mecanismos tecnológicos para se protegerem da violência doméstica durante a Pandemia da COVID -19, muitos casamentos se

Utilizamos de forma qualitativa os conteúdos de algumas notícias de casos que foram parar na grande mídia, nas redes sociais, tais como, o *site* e o *Facebook* do IMP, com posturas e o cotidiano das mulheres nas redes sociais durante a pandemia da COVID 19.

E de forma quantitativa, buscamos o *site* do IPEA que revela as estatísticas de feminicídios contra as mulheres, negras e não negras e o número de estupros, no período de 2010 a 2017.

dissolveram durante a quarentena, mas há muito o que se avançar em direitos e políticas públicas voltadas à educação social, conscientização e prevenção contra a violência e o feminicídio. Nas redes sociais atuais as mulheres buscam se proteger mutuamente. A Lei Maria da Penha avançou no coibir o feminicídio, mas deve haver a educação e a cultura contra a violência como política de estado.

Atualmente, as mulheres, mediante denúncias e registros de ocorrência nas delegacias especializadas, conseguem obter medidas protetivas, contudo estas instituições ainda não garantem a proteção necessária e nem impedem os assassinatos, que infelizmente vêm aumentando exponencialmente.

Sugere-se que os estudos sobre estudos de gênero, os direitos humanos e os arquivos façam parte das agendas de pesquisas da Arquivologia e da Ciência da Informação, no que tange principalmente quanto às perspectivas e soluções harmonizadoras pertinentes ao Direito à Informação e o Direito à Privacidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres foram exploradas, violadas e mortas antes por problemas culturais e sociais

que foram se reproduzindo ao longo do tempo. A sociedade patriarcal disseminou nas famílias

duas diferentes posturas à da “mulher honesta”, casada, voltada para o lar e para a criação dos filhos, e outra à da “mulher desonesta”, do mundo, “que não presta”, oferecida e indigna de respeito. Através do levantamento e estudo bibliográfico obteve-se um panorama das razões estruturais e culturais que trazem como consequência a violência contra as mulheres.

Houve a identificação de vitórias dos movimentos feministas nas décadas de 1970 e 1980, que gerou as propostas de emendas à Constituição Cidadã de 1988, facilitando o inserção de políticas públicas relacionadas à defesa e proteção às mulheres, além da criação de delegacias de polícia especializada para o atendimento das vítimas. Contudo, houve o enfrentamento de preconceitos e divisão da opinião pública que considera que “em briga de homem e mulher não se mete a colher”, configurando que até mesmo os policiais homens, casados, se manifestavam de forma dividida. Há ainda a percepção que a culpa da agressão vem das vítimas que são “oferecidas, desonestas, adúlteras e etc.” e não dos homens, os verdadeiros agressores.

Alcançou-se a compreensão por amostragem da realidade a partir das estatísticas da violência de mulheres no Brasil, independente do aspecto étnico, tendo como fonte o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. De 2010 a 2017 depreendeu-se que houve aumento de homicídios tendo mulheres como vítimas, sendo que se observou um aumento de cerca de mais de 50% de homicídios de mulheres negras em relação às mulheres não negras.

Na produção científica da Arquivologia, da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação são poucos os trabalhos que tratam dos estudos de gênero, o pequeno quantitativo de fundos documentais provenientes de arquivos privados de mulheres recolhidos ao Arquivo Nacional, à FIOCRUZ, estabelecimento e consolidação de Centros de Documentação, de Redes de Informação.

Segundo Benassi,(2017) a relação dos arquivos privados de mulheres recolhidos pelo Arquivo Nacional somam um total de apenas 26 fundos.

Em outras palavras, longe de serem apenas receptores passivos de documentação pessoal e institucional de valor histórico, os arquivos dão pistas reveladoras da ausência da mulher como sujeito social. “A disparidade de gênero é, porém, apenas uma das dimensões a serem observadas. Se fizermos o levantamento de arquivos de pessoas negras depositados em instituições de guarda, certamente o silêncio será ainda mais perturbador, porém nada surpreendente”, destacou a historiadora da Casa de Oswaldo Cruz, Luciana Heymann, em [artigo](#) sobre o tema [...] (D’Avila, 2023).

Há que se inserir esta temática nas agendas de pesquisas dessas áreas de conhecimento. Vimos como as mulheres reagem e se unem em redes de informação na web e procuram mecanismos tecnológicos para se protegerem da violência doméstica durante a Pandemia da COVID -19, muitos casamentos se dissolveram durante a quarentena, mas há muito o que se avançar em direitos e políticas públicas voltadas à educação social, conscientização e prevenção contra a violência e o feminicídio.

“Apesar das instituições arquivísticas e centros de documentação nacionais, a baixa representatividade feminina nos acervos é um fato no Brasil” (D’Avila, 2023).

Os direitos humanos, em particular na luta pelos direitos das mulheres devem fazer parte cada vez maior das agendas de pesquisas da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Biblioteconomia; promovendo o tratamento, difusão e visibilidade dos fundos arquivísticos e documentais das mulheres cientistas, literatas, intelectuais, e provenientes de acervos públicos ou privados.

6 REFERÊNCIAS

- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29 (2), pp.449-469.
- Benassi, M. (2017). Arquivo e representatividade: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. (Monografia de Graduação – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO).
- Carvalho, D. (2020). Mulheres formam redes de apoio contra a violência doméstica na pandemia. <https://www.uol.com.br/ultimas-noticias/2020/05/08/mulheres-formam-redes-de-apoio-contr-a-violencia-domestica-na-pandemia.htm?cmpide=copiaecola>.
- D’Ávila, C. (2023). A invisibilidade feminina nos arquivos e como mudar isso. In *Café História*. <https://www.cafehistoria.com.br/a-ausencia-das-mulheres-nos-arquivos/>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). Fórum brasileiro de Segurança Pública.
- Portal Atlas da Violência. Estatística. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem>.
- Instituto Maria da Penha – IMP (2020). Instituto Maria da Penha alerta sobre violência doméstica em quarentena. <https://economia.uol.com.br/videos/2020/05/12/instituto-maria-da-penha-alerta-sobre-violencia-domestica-em-quarentena.htm?cmpid=copiaecola>.
- Lage, L. & Nader, M. B. (2018). Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. p.286-312.
- Priore, M. D. (2020). *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta.
- Priore, M. D. (2013). *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Planeta.
- Rede de Arquivos de Mulheres - RAM (2023). <https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2>
- Rodrigues, K. (2023). Projeto da COC/FIOCRUZ dá visibilidade aos acervos de mulheres. <https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-da-coc/fiocruz-da-visibilidade-aos-acervos-de-mulheres>
- Universa Uol (2020). Ferramenta-eletronica-ajuda-mulheres-vitimas-de-violencia-na-pandemia. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/agencia-brasil/2020/04/29/ferramenta-eletronica-ajuda-mulheres-vitimas-de-violencia-na-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>.
- Xavier, M. (2018). *Unidades de Informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação*. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação).